

Transcender o concreto: uma utopia contemporânea

Eleonôra T. Prestrelo; Anna Uziel; Ariane P. Ewald; Deise Mancebo

O tema da utopia tem estado presente entre nós: na alusão a sua falta; na descrença de que elas ainda existam. Fala-se em ser esse, talvez, um fenômeno contemporâneo, a falta de crença no Homem, lida numa alegada apatia frente à realidade sombria que nos cerca.

A falta de uma utopia, seja individual ou coletiva, nos coloca num vazio existencial, gerador de ansiedade, a ansiedade resultante da busca – humana, demasiadamente humana – de grupos de referência e suporte, busca de pertencimento. A necessidade de alcançar um modelo, corresponder às cobranças de uma sociedade regida pela pressa, pela superficialidade das relações, pela adoção de padrões disfuncionais de auto-regulação. Outro dia, ao abrir o jornal, havia o seguinte anúncio: “Para ser feliz, dizem, é preciso preencher o vazio. O vazio do armário do seu quarto” (JORNAL DO BRASIL, 2007, p.56).

É nessa lógica do consumo que parece se basear a felicidade, no mundo das “coisas”. Nada mais natural que busquemos transcendê-lo, dado que a insatisfação permanece, apesar de tantas coisas obtidas. Quando nos referimos a padrões disfuncionais, nos amparamos numa crença, ao que parece, cada vez mais rara, de que não é o “ter” que nos preenche e sim a oportunidade do exercício de nossas possibilidades.

Não precisamos nos esforçar muito para identificarmos o esgotamento de nossos arranjos existenciais, o sofrimento gerado pelos modelos contemporâneos de estabelecimento de relações, que precisamos, para nos orientar, de utilizar outros referenciais de suporte, outros paradigmas que dêem conta da complexidade do mundo contemporâneo. Anos atrás, a estabilidade, a busca por uma unidade, por um território fixo parecia oferecer a idéia de felicidade. No mundo contemporâneo, ou não se encontra mais o tempo dessa construção, atropelados que somos por uma realidade pulsante, ou quando a unidade se apresenta, parece já envelhecida.

Algo próprio dos tempos chamados pós-modernos? Talvez...

Podemos pensar numa contextualização pós-moderna da noção de identidade: mutável, não essencialista (HALL,2005), que nos traz a impressão de uma liberdade muito maior, não somos um e sim muitos, mas pode, por outro lado, trazer dificuldades no estabelecimento de vínculos com o outro, na medida em que tudo é mutável, fluido (BAUMAN, 1998). A busca dessas antigas certezas é menosprezada, em função de que não dão mais conta do presente, onde tudo parece possível, permitido. A mudança se estabelece como referência, gerando incertezas – e esse

movimento pode ser entendido como expressão de fragilidade, idéia insuportável ao “homem de nosso tempo” e que, portanto, precisa ser combatida ou, quando encarada de forma mais rica, nos remeter a reflexões sobre os parâmetros éticos e morais que nos orientam.

Diante dessa perspectiva, podemos pensar a dificuldade em aprofundar vínculos afetivos, em construir redes de suporte social e as conseqüentes redes de solidariedade como campo fértil para a falta de crença no Homem, nos valores instituídos como humanos, para a falta de chão tão presente entre nós. Condição que se expressa em formas tipicamente contemporâneas de revelação do sofrimento: a depressão, o pânico, a compulsão, etc., pois, como bem o aponta Spangenberg (2006, p.38), “o patológico não é somente a manifestação intrapsíquica ou relacional que manifesta uma pessoa dada, é o conjunto da organização social, educativa e familiar onde se desenvolve sua vida”.

Essa perspectiva ancora-se num sentimento de perda de algo precioso e da falta de possibilidade de exercer novas relações que tragam conforto. O desafio que se coloca pode ser o de inventar novas bases de acolhimento, que suportem as idas e vindas já incorporadas como constitutivas do mundo atual.

Ao reler os artigos que compõem esse número da revista, nos deparamos com um fio comum a todos: o questionamento, a necessidade de problematizar o que está dado. Ora, esse movimento de questionar um lugar, por si só, empreende ação, implica na revelação da necessidade, quem sabe ontológica, de sair de um lugar para outro, de ir além, transcender o que é dado, função primordial das utopias. A vida precisa se constituir em algo além de comer, dormir e pagar contas... É do humano a busca da transcendência. Há uma necessidade de sair “desse mundo”, o que fica evidenciado em sua relação com a arte e com a religião, por exemplo.

Se o lugar é questionado, parte-se do pressuposto de que existirão outras possibilidades de porto e a crença de que podemos, pelo menos, almejar o deslocamento e é nesse sentido que resalto a linha de conexão dos artigos apresentados nesse número da revista.

Como podemos ver, o artigo “A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST paulista”, de Alessandro Soares da Silva, chama atenção sobre a importância de entendermos os processos sociais, políticos e psicológicos inerentes aos movimentos sociais, no caso específico, no movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Enfatiza duas das sete dimensões da consciência política, propostas por Salvador A. M. Sandoval (“interesses antagônicos e adversários” e “eficácia política”), como questões fundamentais para a compreensão da consciência política e das múltiplas possibilidades e complexidades que estas revelam na lógica cotidiana dessas pessoas.

William César Castilho Pereira, com o artigo “Movimento institucionalista: principais abordagens”, nos apresenta duas correntes do movimento institucionalista: a análise institucional como um procedimento coletivo que visa analisar as relações, organização, estrutura, convenções e práticas habituais de uma instituição, com o intuito de favorecer, através desse processo, a auto-análise e autogestão de seus membros e a sociopsicanálise, que vê os indivíduos de uma organização submetidos a um esquema regressivo política e psico-afetivamente, infantilizados por uma figura de autoridade que seria reprodutor do modelo psicofamiliar. Apesar de apontar diferenças, o autor apresenta as duas abordagens, como possibilidades para a instituição, que têm em comum a “égide da palavra”.

Seguindo numa perspectiva de busca do entendimento das relações, embora não na vertente institucional, como no artigo anterior, encontram-se dois excelentes textos. O primeiro, de Marcos José e Rosane Lorena Müller-Granzotto, intitula-se “Perls leitor de Freud, Goldstein e Friedlander e os primeiros ensaios em direção a uma psicoterapia gestáltica” e aborda um pouco da trajetória

de Fritz Perls, fundador da gestalt-terapia responsável pelos alicerces iniciais desta abordagem clínica, numa releitura da prática e da metapsicologia freudiana, das contribuições de Kurt Goldstein, com sua leitura da Psicologia da Gestalt e da aplicação do "pensamento diferencial" do filósofo Salomon Friedlaender. O segundo artigo, intitulado "Experiência estética e corporeidade: fragmentos de um diálogo entre gestalt-terapia, arte e fenomenologia", de Mônica B. Alvim, expõe, de forma bastante delicada, as relações entre a gestalt-terapia, a corporeidade de Merleau-Ponty e a estética fenomenológica de Dufrenne, apontando para a psicoterapia como um lugar de contemplação do movimento de desvelamento de significados e instauração de sentidos, na experiência presente, aqui-agora, numa ação criativa da pessoa no mundo.

O artigo de Neuza M. F. Guareschi, Carolina D. Reis, Simone M. Hüning e Letícia D. Bertuzzi, "Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo", problematiza a concepção de "vulnerabilidade social" que fundamenta algumas ações de políticas públicas, reconhecendo nesta a estimulação de uma perspectiva de exclusão de uma determinada faixa da população, no caso estudado, os adolescentes. Questionam "ações de programas sociais que, ao entenderem a priori os jovens como vulneráveis, podem atuar restringindo as possibilidades de promoção de vida, ao invés de oportunizar a produção de novos modos de subjetivação". As autoras defendem a necessidade de estarmos constantemente questionando os conceitos utilizados para a definição de grupos específicos a fim de que, embora facilitem sua identificação, não os aprisionem em rótulos que obscureçam sua produção de sentido.

Em "Perspectivas da pesquisa comunitária: comunidade como práxis e seus diálogos com as histórias orais de vida", Lucia Ozório discute a concepção de comunidade como práxis, a partir do dispositivo de troca "Papo de Roda", onde jovens e idosos constroem e reconstróem suas histórias, através da narrativa de suas vidas. As reflexões desenvolvidas nesse artigo baseiam-se nas pesquisas que a autora realizou nas periferias do município do Rio de Janeiro, notadamente na comunidade da Mangueira, denominada "Papo de Roda: o idoso conta sua história para o jovem para que este conte a sua". A autora ressalta a importância da construção de uma história comum como um desafio de nosso tempo, pois com a história "a comunidade coloca em questão o paradoxo de viver junto que supõe uma ética do em comum".

O artigo seguinte trata da questão da discriminação. Com o tema "A manutenção da discriminação feminina no contexto brasileiro: um estudo sobre a fidedignidade do sexismo ambivalente", Nilson S. Formiga, Thaís T.V. Araújo e Carmem P. S. Cavalcante tiveram por objetivo avaliar a consistência interna e estrutural do inventário de sexismo ambivalente em dois contextos brasileiros: na cidade de Palmas e na de João Pessoa, cidades do estado da Paraíba. Os autores comprovaram a continuidade do preconceito em relação às mulheres, embora muitas vezes de forma sutil e mascarada, validando estudos anteriores e reforçando a importância desse instrumento, não, necessariamente, para acabar com a discriminação, mas para ajudar a conhecê-la e pensar melhores formas de lidar com ela.

Em seguimento, temos dois artigos que tratam do brincar como tema, embora com enfoques distintos. O primeiro, intitulado "A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças", de Flávia Cristina Silveira Lemos, é um trabalho que, sob a referência conceitual de Michel Foucault, problematiza o caráter disciplinador implícito numa determinada concepção de infância e do brincar. Ressalta a apropriação do brincar como elemento normatizador de um modelo de criança que corresponde à lógica de uma sociedade capitalista. Assim, interroga-se sobre o "[...] processo de instrumentalização do brincar pelas práticas de especialistas vários, que sujeitaram as crianças a certos modos de viver, pensar e agir, tendo como parâmetro uma produção de corpos infantilizados, obedientes e capacitados para servir aos imperativos capitalistas".

O outro texto, "A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento", de Scheila Tatiana D. Cordazzo e Mauro Luís Vieira, tem como objetivo discutir

as contribuições da brincadeira para o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantis. Embora conclua que a brincadeira tem papel importante na motivação para a aprendizagem, reconhece a dificuldade na utilização desse recurso no contexto escolar.

O artigo "Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção", de Ana Maria M. C. Frota, também contribui para essa discussão, quando nos chama atenção para a necessidade de contextualizarmos historicamente, as concepções de infância e adolescência. A autora mostra que "[...] contrapondo-se à perspectiva moderna de infância e adolescência, a pós-modernidade aponta para uma nova concepção, que abre espaço para a multiplicidade e parcialidade de representações destas faixas desenvolvimentais", e com isso ressalta a precariedade de nossos saberes.

O artigo de Mariana F. O. Nunes, Ana Paula P. Noronha e Rodolfo Augusto M. Ambiel, "Conteúdos ensinados em disciplinas de Orientação Profissional na graduação em Psicologia", contribui com um levantamento do conteúdo ensinado nas disciplinas de Orientação Vocacional em várias universidades brasileiras. O resultado aponta para uma ênfase nos aspectos teóricos básicos e para a pouca ênfase no ensino desta área.

Por fim, temos a comunicação de pesquisa de Ariane Kuhnen e Scheila Machado da Silveira, "Uso e consumo da água: um problema que interessa à Psicologia?", que nos coloca frente a um tema bastante interessante: como o nosso modo de vida se reflete na maneira como encampamos as políticas públicas de abastecimento de água e vice-versa. As autoras ressaltam que "face à complexidade destas interações constroem-se sistemas explicativos, que correspondem aos conhecimentos científicos, mas também à vulgarização destes, a cultura, história e experiências de vida".

Fechando esta edição, temos uma resenha de Kátia F. Pinheiro, sobre o livro "Filosofia do Tédio", de Lars Svendsen, da Jorge Zahar Ed., 2006, que identifica o tédio como "uma marca intersubjetiva diante da realidade esvaziada de significações sensíveis". Segundo a autora da resenha, o livro nos aponta como dependentes daquilo que não temos, no intuito de darmos sentido à vida. Desse ponto de vista, "A idéia pode ser assim enunciada: o tédio é ele mesmo o problema e a solução", pois, na medida em que o vivenciamos, acabamos encontrando "uma infinidade de significações substitutas para ocupar o lugar das significações humanas". De forma brilhante, pontua a autora, "o tédio é a mais pura expressão do desencanto".

Esperamos, com esse número da revista, poder contribuir para um avanço na reflexão sobre a descrença, o desencanto, e as mais diversas expressões de sofrimento de nosso tempo. Os artigos aqui publicados registram questionamentos importantes, no sentido de buscar um outro lugar além daquele que nos está dado, pois como, poeticamente, nos lembra Boff (2003, p.33), "A utopia tem função semelhante às estrelas. Elas estão dependuradas lá no alto do firmamento. Não podemos nunca alcançá-las. Mas elas iluminam a noite".

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOFF, Leonardo. **Crise: oportunidade de crescimento**. Campinas: Verus, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade colorau na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2005.

JORNAL DO BRASIL, 31 de março de 2007, Suplemento Zona Sul, p.56.

SPANGENBERG, Alejandro. **Terapia Gestalt**: um caminho de vuelta a casa: teoría y metodología. Montevideo-Uruguay: Psicolibros Universitário, 2006.